



**Gestão Financeira na Agricultura Familiar: um estudo de caso na Comunidade São João, Assentamento Agroana Girau, Poconé – MT**

**Financial Management in Family Farming: a case study in the São João Community, Agroana Girau Settlement, Poconé – MT**

Yasmin de Arruda Vasconcelos  
Universidade Federal de Mato Grosso  
(e-mail do autor)

Mônica Campos da Silva  
Universidade Federal de Mato Grosso  
monica.silva@ufmt.br

Ederaldo José Pereira de Lima  
Universidade Federal de Mato Grosso  
ederaldo.lima@ufmt.br

**Resumo**

A gestão financeira constitui um dos principais desafios da agricultura familiar, impactando diretamente a viabilidade econômica das unidades produtivas e a manutenção de suas atividades ao longo do tempo. Este estudo teve como objetivo identificar quais são as dificuldades enfrentadas na implementação da gestão financeira na agricultura familiar, a partir de um estudo de caso realizado na Comunidade São João, localizada no Assentamento Agroana Girau em Poconé – MT. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do projeto de extensão “UFMT no Campo com a Gestão Financeira da Agricultura Familiar da Baixada Cuiabana”, utilizando abordagem qualitativa com entrevistas semiestruturadas aplicadas a 11 agricultores. Os resultados apontam a predominância de controles financeiros informais, dificuldades de acesso à capacitação, baixa escolaridade, falta de tempo para registros e desconhecimento de políticas públicas, como o. Conclui-se, portanto, que a atuação de projetos de extensão e a oferta de ações educativas permanentes podem contribuir para o fortalecimento da gestão financeira na agricultura familiar. Sugere-se, ainda, que pesquisas futuras investiguem o uso de tecnologias digitais de gestão e a influência da educação financeira na sucessão familiar no campo, de modo a ampliar as estratégias de apoio ao desenvolvimento rural.

**Linha temática:** Contabilidade Gestão e Finanças no Agronegócio.

**Palavras-Chave:** Agricultura familiar; Gestão financeira; Programas de capacitação; Ações Educativas.



## 1. Introdução

A agricultura familiar possui influência na economia do país, já que abastece as cidades onde os alimentos são produzidos e chegam com mais facilidade à mesa da população. As propriedades de agricultura familiar respondem por 23% do valor bruto da produção agropecuária do Brasil e abrangem 67% das ocupações no campo, empregando cerca de 10,1 milhões de trabalhadores, sendo atualmente a fonte de renda de inúmeras famílias e, além disso, alimenta uma cadeia econômica de grande complexidade (CONTAG, 2023).

A agricultura familiar brasileira é a principal responsável pelo abastecimento do mercado interno com alimentos saudáveis e sustentáveis, que busca a preservação dos recursos ambientais, a cultura rural, gera ocupações rurais e promove o desenvolvimento sustentável do País (CONTAG, 2023). O mais recente censo agropecuário realizado em 2017 no Brasil, mostrou que a agricultura familiar sustenta a economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes (IBGE, 2017). Esses fatores revelam sua importância no âmbito econômico e financeiro.

No entanto, dados do Serasa Experian, em 2023, revelam que quase um terço dos produtores brasileiros estão endividados e, conseqüentemente, impedidos de contratar recursos, como é o caso do Plano Safra 2023/24. Em Mato Grosso, o percentual de agricultores endividados é de 35% (PETROLI, 2024).

Além disso, o SEBRAE oferece cursos e oficinas em precificação, fluxo de caixa e controle de resultados, contribuindo para a profissionalização dos pequenos produtores (MARTINS *et al.*, 2022). O Programa Brasil Mais Cooperativo, do MAPA, promove a inclusão produtiva e a organização financeira de empreendimentos coletivos (MAPA, 2021), enquanto a EMPAER-MT realiza oficinas presenciais nas comunidades rurais sobre gestão de custos, planejamento agrícola e acesso ao crédito (EMPAER, 2022). Essas ações, públicas e privadas, fortalecem a autonomia e a sustentabilidade econômica da agricultura familiar.

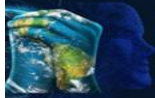
Diante desse cenário, este estudo apresenta a seguinte questão de pesquisa: “Quais desafios os agricultores familiares enfrentam na implementação da gestão financeira mesmo com alguns programas de capacitação?”.

Para melhor compreender os possíveis fatores que dificultam a implementação da gestão financeira na agricultura familiar, surge o seguinte pressuposto: Apesar da existência de programas de capacitação, as estratégias adotadas pelo governo não estão sendo as mais adequadas para alcançar os agricultores familiares. Estudos indicam que barreiras como a distância das propriedades, a ausência de acompanhamento técnico contínuo e a baixa adaptação dos conteúdos à realidade do campo comprometem a efetividade dessas iniciativas (CASAGRANDE; CÂNDIDO, 2016; NOGUEIRA; SOUZA, 2019; SARAIVA; BORGES, 2021; CARVALHO; GOMES, 2022).

A pesquisa surge no contexto do projeto de extensão “UFMT no Campo com a Gestão Financeira da Agricultura Familiar da Baixada Cuiabana”, desenvolvido por acadêmicos da Universidade Federal de Mato Grosso. Esse projeto tem como objetivo promover a gestão financeira entre agricultores familiares, por meio de ações práticas e acompanhamento técnico, possibilitando aos produtores o desenvolvimento de habilidades para gerenciar seus recursos, planejar investimentos e alcançar maior estabilidade econômica.

Este estudo, portanto, é uma ramificação desse projeto, buscando aprofundar a compreensão sobre os desafios encontrados em sua implementação na Comunidade São João, surgindo o objetivo geral deste estudo que é identificar quais são as dificuldades enfrentadas na implementação da gestão financeira na agricultura familiar.

Com isso, os seguintes objetivos específicos foram traçados: a) Mapear as principais dificuldades relatadas por esses agricultores familiares em relação à gestão financeira b) Compreender os fatores que contribuem para a resistência ou barreiras à adoção de práticas financeiras eficazes entre agricultores familiares; c) Propor estratégias e soluções para superar



as dificuldades identificadas e melhorar a implementação da gestão financeira na agricultura familiar da comunidade.

O estudo apresenta relevância por investigar as dificuldades na implementação da gestão financeira na agricultura familiar, fornecendo contribuições para a adoção de práticas que favoreçam a administração dos recursos, o planejamento de investimentos e a tomada de decisões. A identificação dos principais entraves e a proposição de alternativas podem contribuir para o desenvolvimento de programas de capacitação compatíveis com a realidade rural, fortalecendo a economia local e assegurando a continuidade das atividades agrícolas familiares.

## 2. Revisão de Literatura

Esta revisão da literatura está dividida em três seções: Gestão financeira na Agricultura Familiar, Políticas públicas e Programas de Capacitação, e Estudos Correlatos.

### 2.1 Gestão financeira na Agricultura Familiar

A agricultura familiar é caracterizada pela produção em pequenas propriedades, onde o núcleo familiar é responsável pela gestão e execução das atividades produtivas. No Brasil, esse modelo tem um papel essencial na produção de alimentos para o mercado interno, respondendo por cerca de 77% dos estabelecimentos agropecuários e contribuindo com mais de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário (IBGE, 2017).

O conceito de agricultura familiar foi consolidado no Brasil a partir da Lei nº 11.326/2006, que define o agricultor familiar como aquele que utiliza predominantemente mão de obra da família e tem a maior parte de sua renda proveniente das atividades agrícolas. O fortalecimento desse setor é estratégico para garantir a segurança alimentar e reduzir desigualdades sociais no meio rural (BRASIL, 2006).

Esse setor desempenha um papel fundamental no desenvolvimento rural sustentável, na segurança alimentar e na preservação ambiental no Brasil. Segundo Brandalize *et al.* (2023), a agricultura familiar sustentável é crucial para o desenvolvimento rural, segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e progresso socioeconômico das comunidades rurais.

A gestão financeira pode ser definida como um conjunto de práticas voltadas ao planejamento, controle e análise das finanças de uma organização, sendo essencial para a tomada de decisões estratégicas e para a sustentabilidade do negócio (BRIGHAM; EHRHARDT, 2016). Segundo Gitman (2010), a gestão financeira envolve três áreas centrais: decisões de investimento, decisões de financiamento e decisões sobre dividendos, todas com o objetivo de maximizar o valor da empresa.

Assim, a implementação de instrumentos básicos, como orçamento, fluxo de caixa, controle de receitas e despesas, ponto de equilíbrio e análise de rentabilidade, torna-se fundamental para garantir a perenidade das atividades econômicas. Além disso, a gestão financeira adequada contribui para o acesso a crédito, a melhoria da lucratividade e o fortalecimento da governança das organizações (BRIGHAM; EHRHARDT, 2016).

Nesse sentido, a gestão financeira no meio rural é essencial para promover uma administração eficiente dos recursos, sendo determinante para a sustentabilidade e o crescimento das famílias no campo, além de evitar o endividamento dos agricultores familiares (FERREIRA, 2021; FONTOURA *et al.*, 2022). Estudos mostram que a falta de instrução em gestão financeira é um dos principais fatores que contribuem para o endividamento de pequenos produtores (NOGUEIRA; SOUZA, 2019; SARAIVA; BORGES, 2021). Cruz (2023) e Vasconcellos *et al.* (2024) apontam que a ausência de capacitação compromete o uso eficiente de recursos de programas como o PRONAF, reduzindo seu impacto positivo.



Nogueira e Souza (2019) reforçam que práticas informais de controle dificultam o planejamento e podem resultar em decisões financeiras prejudiciais. A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG, 2023) destaca que muitos agricultores familiares recorrem ao crédito informal, devido à dificuldade de acesso ao crédito formal e ao desconhecimento das condições e taxas de juros dos financiamentos disponíveis, o que pode levar ao endividamento e à vulnerabilidade financeira dessas famílias.

Na maioria dos casos, os registros de receitas e despesas são feitos de maneira informal, muitas vezes com base em anotações simplificadas aprendidas com gerações anteriores, o que compromete o controle financeiro efetivo, essa informalidade dificulta a separação entre os gastos pessoais e os custos produtivos da atividade rural, prejudicando a análise dos resultados financeiros e a tomada de decisão (NOGUEIRA; SOUZA, 2019).

Dessa maneira, a ausência de práticas estruturadas de gestão torna os agricultores mais vulneráveis às variações de mercado e aos riscos financeiros, evidenciando a importância da capacitação e da introdução de ferramentas gerenciais apropriadas para a realidade da agricultura familiar (FERREIRA, 2021).

Fontoura *et al.* (2022) ressaltam que a diversificação produtiva, comumente adotada na agricultura familiar, impõe desafios adicionais à gestão financeira, exigindo modelos gerenciais mais robustos e adaptados às particularidades desse segmento. Nesse sentido, a capacitação em gestão e o acesso a ferramentas simples e eficientes têm se mostrado fundamentais para melhorar a performance econômica das propriedades familiares.

## 2.2 Políticas Públicas Programas de Capacitação

As políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de ações, programas e decisões do Estado voltadas para atender às demandas da sociedade e promover o bem-estar coletivo, abrangendo áreas como saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, transporte e segurança (ENAP, 2019).

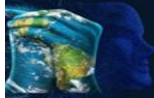
Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para o meio rural são essenciais para garantir desenvolvimento socioeconômico e reduzir desigualdades no campo. Entre as principais políticas, destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos, ambos criados para incentivar a produção e garantir mercado para os pequenos produtores (MDA, 2024).

Cruz (2023) argumenta que, embora o PRONAF seja uma ferramenta de apoio crucial, a falta de capacitação financeira dos agricultores limita o uso adequado desses recursos. Por isso, programas de capacitação financeira são essenciais para garantir que os agricultores saibam como planejar e aplicar os recursos de maneira eficiente, gerando um retorno positivo para seus negócios.

O Quadro a seguir apresenta uma comparação entre políticas públicas e programas de capacitação no contexto da agricultura familiar, destacando suas definições, objetivos, formas de implementação, abrangência e exemplos práticos.

Quadro 1 - Políticas Públicas x Programas de Capacitação na Agricultura Familiar

| Aspecto     | Políticas Públicas  | Programas de Capacitação  |
|-------------|---|---|
| Definição   | Conjunto de ações, diretrizes e estratégias formuladas pelo Estado para atender às demandas da agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2014). | Cursos ou treinamentos específicos voltados ao desenvolvimento de habilidades de agricultores familiares, como gestão financeira, produção e comercialização (FERREIRA; MARTINS, 2021). |
| Abrangência | Geralmente ampla, impactando diferentes públicos e setores da agricultura familiar (BRASIL, 2017).  | Focada e pontual, com duração e objetivos delimitados (SENAR, 2020).  |



|               |  |   |
|---------------|--|---|
| Exemplos      | PRONAF, PAA, PNAE (BRASIL, 2017).  | Cursos de fluxo de caixa, planejamento agrícola e comercialização oferecidos pelo SENAR e cooperativas (FERREIRA; MARTINS, 2021). |
| Objetivo      | Criar condições estruturais e institucionais para fortalecer a agricultura familiar e promover inclusão social (GRISA; SCHNEIDER, 2014). | Desenvolver competências específicas e melhorar práticas produtivas e de gestão financeira (SENAR, 2020).                         |
| Beneficiários | Amplos, incluindo toda a população de agricultores familiares (BRASIL, 2017).  | Direcionados aos participantes dos programas ou cursos (FERREIRA; MARTINS, 2021).   |

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Entre os programas de capacitação, destaca-se o curso online gratuito Educação Financeira para o Produtor Rural, oferecido pelo SENAR Play que aborda temas como organização financeira, fluxo de caixa e sustentabilidade da atividade rural (SENAR, 2024). Além disso, o Circuito de Treinamento Agro, ação realizada em parceria entre o SENAR e o Banco do Brasil, tem como objetivo capacitar produtores rurais em gestão financeira, acesso ao crédito e técnicas produtivas por meio da Assistência Técnica e Gerencial (BANCO DO BRASIL, 2022; SENAR, 2024).

O Programa Brasil Mais Cooperativo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), também tem promovido ações de formação para agricultores familiares, especialmente em temas relacionados à inclusão produtiva, acesso a mercados e organização financeira de empreendimentos coletivos (MAPA, 2021).

### 2.3 Estudos Correlatos

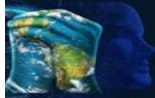
A seleção dos trabalhos considerou publicações realizadas nos últimos dez anos, de modo a assegurar a atualidade das informações e a pertinência das contribuições teóricas analisadas.

Wolfardt (2017), em estudo desenvolvido com agricultores de Três Passos-RS, observou que os controles financeiros são adotados de forma pontual, geralmente voltados ao curto prazo, como cálculo de custos de produção. As decisões de médio e longo prazo, por sua vez, raramente são planejadas, evidenciando um desconhecimento das ferramentas de análise mais aprofundadas.

Contribuições de Fratari (2019), identificaram como os agricultores familiares que comercializam sua produção em feiras livres da cidade de Ituiutaba, em Minas Gerais, realizam a gestão financeira da atividade de produção e comercialização. A coleta de dados foi realizada mediante entrevistas e observação direta. Os principais resultados indicaram que os agricultores familiares fazem uso dos instrumentos de gestão financeira e os utilizam tanto para o controle do plantio, colheita e distribuição da produção quanto para a participação e controle do volume de vendas e recebimentos nas feiras livres nas quais participam.

Nesse sentido, Mendes e Assis (2019) investigaram as estratégias de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar em Cocais, no município de Barão de Cocais, Minas Gerais. O estudo revelou que os agricultores locais acessaram diversas políticas públicas, o que estimulou investimentos na produção, aumentou a renda das famílias e promoveu melhor qualidade de vida no meio rural. Além disso, práticas agroecológicas foram identificadas nas unidades produtivas, indicando uma tendência sustentável no desenvolvimento agrícola da região.

Cruz (2023) investigou os impactos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) sobre a eficiência técnica da agricultura familiar no Brasil. Através de análise empírica com dados representativos, a tese avaliou como o acesso ao PRONAF influencia a capacidade produtiva dos agricultores familiares, considerando fatores



como uso de insumos, tecnologia e escala de produção. Os resultados indicam que o PRONAF contribui para a melhoria da eficiência técnica, promovendo maior produtividade e melhores práticas de gestão entre os beneficiários do programa.

Vasconcellos *et al.* (2024), realizaram o estudo utilizando a metodologia qualitativa com entrevistas semiestruturadas aos produtores orgânicos da Feira da Agricultura Familiar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) para entender a magnitude e a qualidade do conhecimento dos produtores sobre organização financeira e crédito rural. Como resultado, concluiu-se que os produtores carecem de organização financeira e conhecimento sobre o crédito subsidiado, que alinhado com uma boa gestão financeira, pode impulsionar as atividades agrícolas. Isso reforça a importância da capacitação não apenas sobre ferramentas de gestão, mas também sobre políticas públicas e acesso ao crédito.

### **3. Método e Técnicas de Pesquisa**

Nesta seção são apresentados: as bases metodológicas para a realização da pesquisa; os critérios e a seleção dos dados para análise; e a forma como esses dados foram tratados e planejados para serem analisados e terem seus resultados descritos.

#### **3.1 Classificação da pesquisa**

A pesquisa adotou a forma de abordagem qualitativa, pois tem por base conhecimentos teórico-empíricos que permite atribuir-lhe cientificidade e busca compreender fenômenos sociais e humanos em profundidade (ZANELLA, 2013). Ainda, caracteriza-se como uma pesquisa de natureza descritiva, segundo Dalberio e Dalberio (2009, p.165) “as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou então o estabelecimento de relações entre variáveis”.

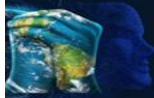
Conforme Gil (2002), o estudo de caso consiste na coleta de dados detalhada diretamente do ambiente em que os fenômenos ocorrem ou de indivíduos, grupos, organizações ou eventos específicos, permitindo ao pesquisador observar os fatos em seu contexto real, garantindo uma análise aprofundada e contextualizada, possibilitando um maior contato com os sujeitos pesquisados e facilitando a compreensão das variáveis envolvidas no estudo.

O Assentamento Agroana-Girau, localizado em Poconé-MT, é formado por três comunidades: São João, São Pedro e Santo Antônio. Cada núcleo possui particularidades produtivas e sociais, refletindo a diversidade da agricultura familiar na região. A escolha da Comunidade São João como estudo de caso, dentre essas três, decorreu do recorte metodológico estabelecido pelo projeto de extensão “UFMT no Campo com a Gestão Financeira da Agricultura Familiar da Baixada Cuiabana”, que concentrou suas ações de acompanhamento nesse núcleo específico.

Além disso, a Comunidade São João se caracteriza pela produção diversificada, com destaque para cultivos orgânicos, que segundo Carvalho e Gomes (2022) requerem maior rigor nos registros de insumos, prazos e práticas de manejo, intensificando a necessidade de uma gestão financeira estruturada. Dessa forma, analisar essa comunidade permite compreender como agricultores familiares lidam com a dupla exigência de manter a viabilidade econômica e atender às normativas próprias da produção orgânica.

A população-alvo da pesquisa foi composta pelos agricultores familiares da Comunidade São João, cuja associação conta com 23 membros ativos que desenvolvem atividades agrícolas em pequena escala, baseadas no trabalho familiar e em fortes laços comunitários, conforme informações fornecidas por representantes locais.

A amostra utilizada foi de natureza intencional e não probabilística, composta por 11 agricultores familiares, o que corresponde a aproximadamente 48% do total de associados. A escolha dos participantes considerou critérios como disponibilidade, facilidade de acesso e



diversidade nos perfis produtivos, incluindo o tempo de atuação na agricultura, a variedade de cultivos e o grau de envolvimento nas ações promovidas pela associação local.

### 3.2 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de 11 entrevistas semiestruturadas aplicadas diretamente aos agricultores familiares, que atuam em diferentes tipos de produção, permitindo uma análise aprofundada de diferentes percepções e dificuldades encontradas na adoção da gestão financeira. A entrevista semiestruturada foi realizada a partir de um roteiro pré-estabelecido, isto é, não se limita a entrevista somente ao roteiro, assim, mais informações foram acrescentadas, enriquecendo a coleta de dados (GIL, 2002; MARCONI; LAKATOS, 2003).

Dessa forma, as entrevistas semiestruturadas foram aplicadas a pequenos agricultores, selecionados por conveniência e disponibilidade, utilizando perguntas para explorar experiências e opiniões individuais e coletivas. O roteiro foi elaborado e adaptado com base em autores que abordam a gestão financeira no contexto rural e programas de capacitação para pequenos produtores, destacando-se principalmente Fratari (2019), Mendes e Assis (2019) e Saraiva e Borges (2021).

Convém mencionar, que foi realizado um teste piloto com um agricultor familiar de café, aproximadamente um mês antes da coleta principal de dados, com a finalidade de avaliar a clareza e adequação das perguntas, identificar possíveis dificuldades de compreensão e ajustar o roteiro conforme necessário. Essa importante etapa permitiu perceber que algumas questões apresentavam complexidade para o participante, levando à reformulação das perguntas, tornando-as mais informais e acessíveis.

O teste piloto é considerado uma estratégia metodológica fundamental, pois permite ao pesquisador vivenciar a coleta de dados e o diálogo com os sujeitos, possibilitando ajustes nos instrumentos e procedimentos antes da aplicação principal (DANNA, 2012). Essa abordagem contribuiu para aprimorar a qualidade da coleta de dados e garantir maior eficácia na interação com os sujeitos da pesquisa.

Para possibilitar a análise e interpretação dos resultados, realizou-se o tratamento dos dados coletados durante a pesquisa. Com o objetivo de garantir a confiabilidade e a validade das informações, as entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente, mediante autorização dos participantes. Em seguida, o material foi organizado, codificado e categorizado com base na técnica de análise de conteúdo, a qual, segundo Bardin (2016), permite uma compreensão mais profunda e sistemática do fenômeno investigado.

## 4. Resultados e Análise

A partir das entrevistas realizadas na segunda visita do projeto de extensão, foi possível caracterizar o perfil de 11 agricultores familiares pertencentes à Comunidade São João, localizada no Assentamento Agroana Girau, no município de Poconé – MT, apresentada no quadro 3. As informações coletadas contemplam aspectos como idade, sexo, grau de escolaridade, tipo de produção, tempo de atuação na atividade agrícola e número de membros familiares envolvidos na produção. Essa caracterização é fundamental para compreender o contexto social e produtivo em que se insere a gestão financeira, permitindo relacionar o perfil dos entrevistados às dificuldades e práticas relatadas ao longo da pesquisa.

Quadro 3 – Perfil dos agricultores familiares

| Caracterização do perfil dos agricultores familiares |      |       |                      |                          |                    |                    |
|--|------|-------|----------------------|--------------------------|--------------------|--------------------|
| N  | Sexo | Idade | Grau de escolaridade | Produção                 | Tempo na atividade | Pessoas da família |
| E1   | F    | 53    | Ensino fundamental   | Almeirão, alface e jiló. | 25 anos            | 3                  |



|     |   |    |                    |                                       |         |   |
|-----|---|----|--------------------|---------------------------------------|---------|---|
| E2  | M | 47 | Ensino médio       | Banana, maxixe e mandioca.            | 5 anos  | 2 |
| E3  | F | 52 | Ensino fundamental | Banana, abobora e mandioca.           | 12 anos | 6 |
| E4  | M | 20 | Ensino médio       | Abobora, quiabo e beringela.          | 2 anos  | 3 |
| E5  | F | 45 | Ensino superior    | Banana, mandioca e queijo.            | 30 anos | 4 |
| E6  | M | 48 | Ensino fundamental | abobora, maxixe e quiabo.             | 5 anos  | 3 |
| E7  | F | 50 | Ensino médio       | Mandioca, cana e folhagem.            | 25 anos | 2 |
| E8  | F | 66 | Ensino fundamental | Hortaliças, abobora, maxixe e quiabo. | 25 anos | 2 |
| E9  | F | 53 | Ensino fundamental | Almeirão, alface e jiló.              | 25 anos | 3 |
| E10 | M | 40 | Ensino médio       | Pepino, maxixe e jiló.                | 8 anos  | 7 |
| E11 | M | 58 | Ensino fundamental | Abobrinha, quiabo e banana.           | 23 anos | 2 |

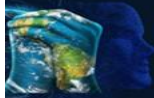
Fonte: dados da pesquisa (2025).

Conforme o quadro acima, 90,91% dos entrevistados possuem mais de 40 anos, com idade média de 48,36 anos, o que indica um predomínio de adultos em idade madura no grupo, aspecto que acompanha a tendência de envelhecimento progressivo da população rural já identificada em estudos sobre agricultura familiar (DELGADO; BERGAMASCO, 2017). Quanto ao gênero, observou-se uma distribuição relativamente equilibrada, sendo 54,5% do sexo feminino e 45,5% do sexo masculino. A presença significativa de mulheres na atividade agrícola confirma análises recentes que destacam o papel central das trabalhadoras rurais na produção e na renda familiar, ainda que, em muitos casos, esse protagonismo permaneça invisibilizado nas políticas públicas (CARVALHO; GOMES, 2022).

No que se refere à escolaridade, prevalece o ensino fundamental incompleto, presente em 54,5% dos entrevistados, situação que reflete a limitação histórica no acesso à educação formal no meio rural, apontada por Vasconcellos *et al.* (2024) em estudo com agricultores familiares de diferentes regiões. Ainda assim, destaca-se um caso de ensino superior completo (E5), que pode favorecer a adoção de práticas mais técnicas e organizadas na gestão da propriedade.

A média de tempo de atuação na agricultura familiar é de aproximadamente 16,8 anos, revelando um grupo com vasta experiência prática e forte enraizamento territorial. Merecem destaque os agricultores E1, E5, E7, E8, E9 e E11, cuja trajetória produtiva varia entre 15 e 30 anos de dedicação contínua à atividade rural, o que está em consonância com pesquisas que apontam a resiliência como característica marcante da agricultura familiar diante de oscilações climáticas, de mercado e de políticas públicas (FRATARI *et al.*, 2019).

As produções desenvolvidas nas propriedades são marcadas pela diversidade, abrangendo o cultivo de hortaliças, raízes, frutas, verduras e a produção de alimentos derivados,



como o queijo artesanal, com finalidades voltadas tanto ao autoconsumo quanto à comercialização em feiras locais ou para clientes fixos. Essa multiplicidade de produtos confirma achados de Ferreira (2021), que ressalta a diversificação produtiva como estratégia central da agricultura familiar para garantir segurança alimentar, gerar renda e reduzir vulnerabilidades econômicas.

Além disso, no aspecto organizacional, observa-se que a maioria das unidades produtivas conta com a participação ativa de dois a quatro membros da mesma família nas atividades agrícolas, reafirmando a natureza coletiva e familiar do trabalho rural. Tal configuração está em consonância com o modelo de agricultura familiar descrito por Brandalize *et al.* (2023), que enfatiza a interdependência entre produção, reprodução social e gestão compartilhada dos recursos no interior das famílias agricultoras.

#### 4.1 Percepção sobre Gestão Financeira

A análise dos dados obtidos por meio das entrevistas realizadas com os agricultores da Comunidade pesquisada, revela um panorama preocupante quanto à implementação da gestão financeira nas propriedades familiares. Com base nos relatos dos 11 entrevistados, é possível identificar padrões recorrentes de informalidade nos controles financeiros, ausência de capacitação técnica, dificuldades de acesso ao crédito e pouca familiaridade com políticas públicas voltadas ao setor.

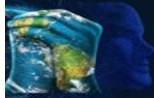
Os resultados das entrevistas evidenciam que a maioria dos agricultores familiares da Comunidade São João não realiza registros financeiros de forma sistemática. Entre os 11 entrevistados, apenas dois (E4 e E10) afirmaram anotar entradas e saídas com alguma frequência, utilizando cadernos simples. Contudo, mesmo nesses casos, os registros não seguem um padrão ou método estruturado, o que limita sua eficácia como ferramenta de gestão. Esse cenário converge com as observações de Fratari *et al.* (2019), que identificaram o predomínio de práticas informais de controle na agricultura familiar, baseadas em anotações esporádicas e pouco organizadas.

Os demais entrevistados relataram não manter controle das finanças, confiando na memória para registrar entradas e saídas de recursos. Como relatou E1: “Tem vezes que anota, tem vezes que não. É no caderno, mas não é sempre, não.” De modo semelhante, E6 afirmou: “Eu não escrevo nada, é tudo de cabeça.” Essa prática informal dificulta a visualização do desempenho econômico da propriedade e compromete o planejamento futuro, o que corrobora as observações de Ferreira (2021), que identificou o uso predominante de registros empíricos como um entrave ao controle financeiro no meio rural.

Além disso, a definição dos preços dos produtos é feita de forma empírica. A maioria dos entrevistados afirmou que define os preços “com base no que os outros estão vendendo”, “perguntando na feira” ou “vendo o que os atravessadores pagam” E2 afirmou: “A gente põe o preço mais ou menos pelo que os outros estão vendendo.”

Nesse contexto, nenhum dos participantes relatou considerar, de forma objetiva, os custos de produção para calcular margens de lucro. Inferindo que esse método usado pelos agricultores desconsidera os custos reais de produção, podendo levar à prática de preços abaixo do necessário para garantir a sustentabilidade da atividade. A ausência de uma metodologia de precificação baseada em custos foi igualmente identificada por Coelho *et al.* (2017) e Casagrande e Cândido (2016) em estudos semelhantes.

Conforme destacou o agricultor E4: “Quem põe o preço é o atravessador, a gente só aceita, porque se não vender estraga”. Esse relato evidencia a dependência dos agricultores em relação aos atravessadores, que impõem preços e reduzem a margem de autonomia financeira, comprometendo a lucratividade da produção. Situação semelhante foi observada por Delgado e Bergamasco (2017), ao destacarem que a ausência de canais de comercialização alternativos mantém os agricultores familiares em posição de vulnerabilidade diante do mercado. Nesse



sentido, a criação de estratégias coletivas de venda e o fortalecimento de programas institucionais, como o PAA e o PNAE, constituem alternativas para reduzir a dependência dos atravessadores e ampliar a renda das famílias rurais.

Os entrevistados utilizam o dinheiro da venda da produção tanto para despesas pessoais quanto para investimentos na lavoura. Essa mistura de recursos dificulta o controle e impede a visualização clara dos resultados financeiros da atividade produtiva, aspecto também apontado por Ferreira (2021), que identifica a falta de distinção entre finanças pessoais e produtivas como um dos principais entraves para a profissionalização da agricultura familiar.

Além disso, a maioria dos entrevistados afirmou não separar as finanças da casa e da lavoura. Segundo E2: “Tá com dinheiro ali, precisa de outra coisa, tira e já vai. Vai pra casa, vai pra lavoura, tudo junto”. Esse comportamento reforça os achados de Vasconcellos *et al.* (2024), que verificaram situação semelhante em agricultores familiares paraibanos, destacando a ausência de registros sistematizados e de controle diferenciado de custos como fatores que comprometem a gestão.

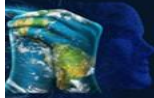
Diante do cenário apresentado, o Quadro 4 a seguir sintetiza as práticas de gestão financeira relatadas pelos entrevistados, permitindo visualizar de forma sistematizada os padrões identificados na comunidade.

Quadro 4 – Práticas de Gestão Financeira Relatadas pelos Agricultores

| Entrevistado | Controle de Gastos                     | Definição de Preços              | Separação das Finanças (casa/produção) | Fonte de Informação para Decisões |
|--------------|--|----------------------------------|--|-----------------------------------|
| E1           | Anotações inconsistentes em caderno    | Base no mercado local            | Não separa                             | Experiência própria               |
| E2           | Não realiza controle                   | Preços observados na feira       | Não separa                             | Experiência/diálogo com outros    |
| E3           | Tentando iniciar controle              | Não considera custos de produção | Sim (parcial)                          | Experiência                       |
| E4           | Caderno simples, sem método            | Dependência de atravessadores    | Não separa                             | Busca apoio técnico ocasional     |
| E5           | Não realiza controle formal            | Base no mercado local            | Não separa                             | Experiência                       |
| E6           | Não registra                           | Base no preço dos outros         | Não separa                             | Experiência                       |
| E7           | Não controla (dificuldade com números) | Base no mercado                  | Não separa                             | Experiência                       |
| E8           | Falta de tempo para registrar          | Base no mercado local            | Não separa                             | Experiência                       |
| E9           | Controle inconsistente                 | Base no mercado local            | Não separa                             | Experiência                       |
| E10          | Anota em caderno simples               | Base em referências externas     | Não separa totalmente                  | Busca apoio técnico ocasional     |
| E11          | Controle informal (memória)            | Base no mercado local            | Não separa                             | Experiência                       |

Fonte: dados da pesquisa (2025).

De acordo com os dados, três aspectos se destacam: (i) a ausência de registros consistentes, (ii) a precificação empírica e dependente de referências externas, e (iii) a não separação entre recursos domésticos e produtivos.



Dessa maneira, esses fatores são consistentes com as conclusões de estudos recentes, como o de Saraiva e Borges (2021), que verificaram baixa adesão a políticas financeiras formais em comunidades do Amapá, e o de Vasconcellos *et al.* (2024), que apontaram a necessidade de ampliar a capacitação para o uso de ferramentas simples de controle financeiro. Assim, observa-se que as práticas relatadas na Comunidade São João dialogam com achados nacionais, reforçando que a falta de gestão estruturada não é um fenômeno isolado, mas parte de um padrão recorrente na agricultura familiar brasileira.

#### 4.2 Dificuldades na Adoção da Gestão Financeira

As entrevistas evidenciaram diferentes obstáculos à adoção de práticas formais de gestão financeira na Comunidade São João, sendo que as dificuldades mais mencionadas foram: falta de tempo para registros, limitações no domínio de cálculos, ausência de capacitação técnica continuada, desconhecimento ou dificuldade de acesso a políticas públicas de crédito e dependência de atravessadores para a comercialização.

A falta de tempo foi apontada por alguns agricultores como fator que dificulta o registro sistemático das informações financeiras, como relatou E8: “Trabalha o dia inteiro, quando chega já não tem cabeça pra anotar nada.” Situação semelhante foi identificada por Saraiva e Borges (2021), que destacam como a carga de trabalho no campo reduz a disponibilidade para práticas de planejamento e controle.

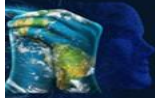
Apesar de alguns agricultores utilizarem cadernos simples para registrar entradas e saídas, 63,64% afirmaram não conseguir manter essa prática de forma contínua, como destacou o agricultor E1: “A gente até queria anotar, mas não sobra tempo, porque tem que cuidar da roça, da casa, dos bichos, tudo ao mesmo tempo”. A sobrecarga de atividades cotidianas aparece, portanto, como uma das principais barreiras tanto para o registro sistemático das finanças quanto para a participação em cursos de capacitação, corroborando os achados de Mendes e Assis (2019), que também identificaram a escassez de tempo como fator limitante na adoção de práticas de gestão financeira estruturadas.

A limitação com números e registros sistemáticos também foi recorrente. Alguns entrevistados mencionaram que fazem anotações esporádicas (E1, E9), enquanto outros afirmaram não registrar nada (E6: “Eu não escrevo nada, é tudo de cabeça.”). E7 destacou a dificuldade com cálculos: “Eu não entendo muito de número, essas contas me atrapalham.” Ferreira (2021) e Fontoura *et al.* (2022) apontam a baixa escolaridade e a falta de capacitação financeira como entraves à adoção de controles estruturados nesse segmento.

Outro aspecto citado foi a ausência de capacitação técnica continuada. E5 relatou: “nunca fiz conta de verdade, vendo pelo preço que o povo fala.” O depoimento mostra tanto a inexistência de controle formal quanto a precificação baseada em comparações externas, o que se relaciona com os achados de Vasconcellos *et al.* (2024), que identificaram a necessidade de acompanhamento técnico periódico para a efetiva incorporação de práticas de gestão.

As entrevistas também revelaram dificuldades relacionadas às políticas públicas de crédito rural. O agricultor E2 relatou: “Peguei o PRONAF uma vez, mas deu problema e nunca mais consegui crédito”. De forma semelhante, a agricultora E7 afirmou: “Uma vez peguei o PRONAF, mas foi bem pouquinho, nem deu pra muita coisa. Depois não consegui mais”. Esses relatos reforçam a constatação de Cruz (2023), segundo a qual a ausência de orientação técnica e de acompanhamento contínuo compromete o acesso e a permanência dos agricultores em linhas de crédito subsidiadas.

Através das análises, foi possível identificar as principais dificuldades relatadas pelos agricultores familiares na adoção de práticas financeiras, como falta de tempo para realizar registros e planejamentos adequados, a baixa escolaridade, que compromete a compreensão de conceitos básicos de finanças, a limitação no acesso a capacitações técnicas específicas e o



desconhecimento sobre políticas públicas voltadas ao setor, como o PRONAF, salientando que essas barreiras na adoção de práticas financeiras vão muito além de uma escolha individual, estando profundamente associadas por fatores socioeconômicos e culturais, os principais obstáculos apontados pelos pequenos agricultores familiares foram apresentados no quadro 5.

Quadro 5 – Principais Dificuldades Relatadas

| Entrevistado | Principal Dificuldade Relatada                         | Trecho da fala   |
|--------------|--|--|
| E1           | Não consegue manter registros consistentes             | “Tem vez que eu anoto, tem vez que não, acaba ficando solto.”                  |
| E2           | Frustração com crédito rural (PRONAF) e desmotivação   | “Peguei o PRONAF uma vez, mas deu problema e nunca mais consegui crédito.”     |
| E3           | Baixa lucratividade e dificuldade em vender a produção | “A gente planta, mas não tem comprador certo, aí desanima.”                    |
| E4           | Dependência de atravessadores para definir preços      | “Quem manda é o atravessador, a gente depende deles pra vender.”               |
| E5           | Ausência de controle formal das finanças               | “Nunca fiz conta de verdade, vendo pelo preço que o povo fala.”                |
| E6           | Não realiza anotações nem controle                     | “Eu não escrevo nada, é tudo de cabeça.”                                       |
| E7           | Dificuldade com números e cálculos                     | “Eu não entendo muito de número, essas contas me atrapalham.”                  |
| E8           | Falta de tempo para fazer registros                    | “Trabalha o dia inteiro, quando chega já não tem cabeça pra anotar nada.”      |
| E9           | Registros inconsistentes e incompletos                 | “Anoto um pouco, depois esqueço, aí já não fecha.”                             |
| E10          | Controle simplificado e pouco confiável                | “Eu anoto num caderninho, mas é só por cima, nada certo.”                      |
| E11          | Experiência negativa com crédito rural (PRONAF)        | “Perdi a carência do PRONAF, mesmo pagando tudo, nunca mais consegui crédito.” |

Fonte: dados da pesquisa (2025).

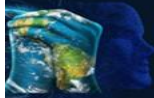
De modo geral, as dificuldades relatadas concentram-se em quatro aspectos principais: (i) ausência de registros consistentes, (ii) precificação empírica e dependente de atravessadores, (iii) limitação no acesso e uso de crédito rural e (iv) restrições ligadas ao tempo e à capacitação financeira. Esses achados estão em consonância com estudos recentes (FERREIRA, 2021; SARAIVA; BORGES, 2021; VASCONCELLOS *et al.*, 2024), demonstrando que a realidade observada na Comunidade São João reflete desafios amplamente identificados em diferentes contextos da agricultura familiar brasileira.

Esses dados refletem a constatação de Cruz (2023), ao afirmar que a simples existência de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar não é suficiente para garantir sua efetividade.

Para organizar as principais barreiras identificadas na pesquisa, o Quadro 6 a seguir apresenta os fatores que dificultam a implementação da gestão financeira, agrupados por dimensão. Essa sistematização auxilia na compreensão mais clara dos desafios enfrentados pelos agricultores familiares.

Quadro 6 – Fatores que dificultam a implementação da gestão financeira

| Dimensão   | Fator identificado                                | Evidência nas entrevistas                                      |
|------------|---|--|
| Estrutural | Baixa escolaridade                                | “Estudei só até a 3ª série. É difícil entender as contas” (E2) |
| Econômica  | Baixa lucratividade da produção                   | “A gente planta, mas às vezes nem paga o que gastou” (E3)      |
| Técnica    | Falta de acesso a cursos e apoio técnico contínuo | “Fizeram um curso uma vez, mas depois ninguém voltou” (E5)     |
| Cultural   | Predomínio do saber empírico sobre o técnico      | “A gente aprendeu com os pais. Do nosso jeito” (E6)            |



|               |   |  |
|---------------|---|--|
| Logística     | Distância e falta de transporte para participar de cursos | “É muito longe pra ir toda semana” (E8)                |
| Informacional | Falta de conhecimento sobre políticas públicas            | “Ouvi falar do PRONAF, mas não sei como funciona” (E1) |

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da pesquisa (2025).

Com base na sistematização apresentada, é possível perceber que os fatores que dificultam a adoção de práticas de gestão financeira pelos agricultores familiares são diversos e inter-relacionados.

#### 4.3 Participação em Programas de Capacitação

A participação dos agricultores da Comunidade São João em programas de capacitação voltados à gestão financeira mostrou-se limitada e, em muitos casos, inexistente. As falas destacam tanto a falta de acesso contínuo a cursos como o desconhecimento sobre programas oferecidos por instituições públicas e privadas.

Alguns entrevistados afirmaram já ter participado de atividades pontuais, mas sem continuidade. E5 relatou: “Fizeram um curso uma vez, mas depois ninguém voltou. A gente fica sem saber se está certo ou errado.” De forma semelhante, E10 destacou: “Já teve técnico que explicou como anotar, mas foi só uma vez.” Essa percepção confirma o que Vasconcellos *et al.* (2024) observaram em estudo com agricultores familiares na Paraíba: a ausência de acompanhamento contínuo compromete a efetiva incorporação dos conhecimentos adquiridos.

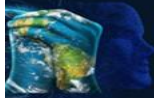
O desconhecimento sobre políticas públicas de apoio também foi recorrente. Muitos entrevistados mencionaram não compreender programas como o PRONAF ou não saber como acessá-los. Como disse E3: “Já ouvi falar de PRONAF, mas não sei o que é, nunca explicaram pra gente.” Esse distanciamento entre agricultores e políticas de apoio já havia sido identificado por Ferreira (2021), que ressalta a necessidade de estratégias de comunicação mais eficazes. A maioria dos entrevistados relatou nunca ter participado de cursos ou capacitações formais sobre gestão financeira.

O Quadro 7 apresenta as principais barreiras que dificultam ou impedem sua participação em programas de capacitação voltados à gestão financeira. Esses aspectos contribuem para a baixa adesão às capacitações e apontam para a necessidade de reformulação das estratégias pedagógicas e logísticas utilizadas pelos programas governamentais e institucionais.

Quadro 7 – Barreiras à participação em programas de capacitação

| Fator                 | Descrição   | Exemplos extraídos das entrevistas                         |
|-----------------------|---|--|
| Falta de tempo        | Muitos agricultores alegam não ter disponibilidade para participar dos cursos, pois acumulam funções na produção e na casa. | “Por causa do tempo. Meu marido não entrou no curso” (E1). |
| Distância e acesso    | A distância até os locais onde ocorrem os cursos é um impeditivo logístico, considerando a precariedade do transporte.      | “O curso fica muito longe” (E1).                           |
| Baixa credibilidade   | Alguns entrevistados demonstraram desconfiança na efetividade dos programas por experiências frustradas anteriores.         | “A gente tira o tempo pra vir e não tem resultado” (E2).   |
| Falta de informação   | Muitos desconhecem os cursos disponíveis ou não recebem informações claras sobre conteúdo, duração ou inscrição.            | “Esse aí eu não estou sabendo não” (E3).                   |
| Escolaridade limitada | Dificuldades de leitura, escrita ou interpretação dificultam o aproveitamento de conteúdos técnicos.                        | “Eu estudei só até a terceira série” (E2)                  |

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa (2025).



Apesar dessas dificuldades, todos os entrevistados demonstraram interesse genuíno em participar de formações, desde que estas estejam alinhadas à sua realidade sociocultural e produtiva. Como expressou E5: “Se tiver um curso aqui na comunidade, que ensine devagar, com exemplo, eu faço sim. A gente quer aprender, só não tem como ir pra longe.”; evidenciando Lazzarotto e Fioravanço (2012): “A eficácia das ações de capacitação depende diretamente da adoção de metodologias participativas e do respeito às especificidades do público-alvo”.

Diante disso, considerando os fatores que dificultam a adoção da gestão financeira na agricultura familiar e as barreiras à participação em programas de capacitação, apresentados no Quadro 6 e 7, elaborou-se propostas de intervenção que dialogam diretamente com esses obstáculos e atendem a realidade da comunidade. As sugestões foram construídas com base nas falas dos entrevistados, nas observações de campo e em referenciais teóricos, visando oferecer soluções viáveis, acessíveis e contextualizadas. A seguir, o Quadro 8 apresenta propostas de melhorias, organizadas de modo a atender às dimensões técnica, educacional, social e institucional.

Quadro 8 – Melhorias Propostas para a Gestão Financeira na Comunidade São João

| <b>Proposta</b>                               | <b>Descrição</b>  |
|---|---|
| Capacitação com linguagem acessível           | Utilizar exemplos do cotidiano, recursos visuais e linguagem simples nas formações.   |
| Cursos presenciais na comunidade              | Realizar formações dentro dos assentamentos, com horários flexíveis e conteúdos contextualizados.   |
| Acompanhamento técnico contínuo               | Promover visitas mensais aos agricultores com apoio de técnicos vinculados à UFMT ou ao SENAR (modelo ATeG).                                      |
| Cartilhas ilustradas e áudios no WhatsApp     | Produzir materiais didáticos adaptados à baixa escolaridade, com versões em áudio acessíveis via celular.   |
| Aplicativos offline de gestão                 | Ensinar o uso de aplicativos simples para registro financeiro, mesmo sem acesso à internet.   |
| Gestão financeira comunitária                 | Estimular organização coletiva com apoio contábil e de planejamento via associações locais ou cooperativas.                                       |
| Campanhas educativas sobre programas públicos | Divulgar informações sobre PRONAF, PAA e PNAE com linguagem adaptada, por meio de encontros, rodas de conversa e oficinas nas comunidades.        |
| Continuidade do projeto de extensão da UFMT   | Manter o acompanhamento pedagógico e técnico junto aos agricultores da Comunidade São João, com foco em orientação prática e formação continuada. |

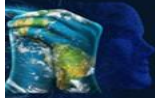
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da pesquisa (2025).

## 5. Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo geral identificar quais são as dificuldades enfrentadas na implementação da gestão financeira na agricultura familiar. Para isso, buscou-se, por meio dos objetivos específicos, mapear as principais dificuldades relatadas por agricultores familiares em relação à gestão financeira, compreender os fatores que contribuem para a resistência ou barreiras à adoção de práticas financeiras eficazes entre agricultores familiares propor estratégias e soluções para superar as dificuldades identificadas e melhorar a implementação da gestão financeira na agricultura familiar.

A partir da análise das informações obtidas por meio de entrevistas semiestruturadas com produtores locais, foi possível constatar que a gestão financeira ainda é conduzida, em grande parte, de forma empírica e informal. Os produtores reconhecem a importância do controle financeiro, mas enfrentam limitações quanto ao conhecimento técnico e à aplicação prática de ferramentas de gestão.

Entre os principais desafios identificados estão a ausência de registros sistemáticos, o baixo nível de organização dos dados financeiros, a dificuldade de acesso à capacitação técnica



e a carência de políticas públicas direcionadas ao fortalecimento da gestão no campo. Tais fatores revelam um cenário que exige ações educativas, apoio institucional e acompanhamento contínuo para promover mudanças significativas no cotidiano da agricultura familiar.

Como contribuição prática, este estudo propôs, com base nas informações coletadas, um conjunto de estratégias e ações voltadas ao aprimoramento da gestão financeira rural. As sugestões incluem a realização de oficinas de capacitação, a difusão de instrumentos simples de controle, como planilhas adaptadas à realidade local e o fortalecimento de parcerias entre universidades, entidades de assistência técnica e associações comunitárias.

Além disso, os resultados evidenciam a importância de políticas públicas mais acessíveis, contextualizadas e efetivas, que reconheçam as especificidades das comunidades assentadas e ofereçam suporte para o desenvolvimento da agricultura familiar como estratégia de segurança alimentar, geração de renda e fixação das famílias no campo.

Conclui-se que a gestão financeira é um componente fundamental para a viabilidade da agricultura familiar, cuja qualificação deve ser vista como prioridade tanto por instituições públicas quanto pela própria comunidade. A permanência dessa forma de produção no campo depende não apenas de crédito e políticas públicas, mas da efetiva inclusão da gestão financeira como prática cotidiana e acessível. A pesquisa reafirma a relevância da extensão universitária como meio de aproximação entre o saber acadêmico e as necessidades reais da população rural, além de indicar possibilidades para a construção de modelos de gestão mais eficientes, justos e transformadores.

No entanto, algumas limitações devem ser destacadas. A pesquisa baseou-se exclusivamente nas falas dos entrevistados, o que pode introduzir vieses de memória ou omissões. Além disso, o foco recaiu sobre o plantio, não abrangendo outras atividades produtivas da comunidade, como a criação de animais. Observou-se também que a maioria dos entrevistados possui idade acima de 40 anos, o que se relaciona ao tempo de experiência, mas também pode influenciar na resistência ou dificuldade de adoção de novas práticas de gestão. Soma-se a isso a ausência de dados oficiais atualizados sobre o número total de moradores e produtores da Comunidade São João, o que limitou uma caracterização mais precisa e comparações amplas com outros contextos.

Sugere-se que pesquisas futuras investiguem o uso de tecnologias e ferramentas digitais na gestão financeira das propriedades familiares, bem como aprofundem a análise da relação entre a organização financeira e a sucessão familiar, avaliando de que forma o conhecimento financeiro transmitido influencia a permanência das novas gerações no meio rural. Tais estudos podem fornecer subsídios para estratégias mais eficazes de apoio à gestão financeira e à continuidade das atividades agrícolas familiares.

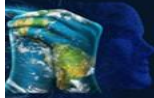
## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRANDALIZE, M. dos S.; OLIVEIRA, I. C. de; PIACENTINI, R. V. O estado da arte sobre a agricultura familiar sustentável no Brasil: uma revisão sistemática com análise de conteúdo. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**, Bebedouro, SP, v.12, n.3, set./dez. 2023. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/59706>. Acesso em: 19 fev. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2006/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2006/L11326.htm). Acesso em: 02 out. 2024.

BRIGHAM, E. F.; EHRHARDT, M. C. **Administração financeira: teoria e prática**. 14. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.



CASAGRANDE, C.; CÂNDIDO, J. B. **Diagnóstico da gestão econômico-financeira na agricultura familiar: o caso dos horticultores que atuam na feira-livre de Pato Branco - PR.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/14170>. Acesso em: 02 jun. 2025.

CCAB Projetos. A importância da gestão financeira no agronegócio - CCAB Projetos. **CCAB Projetos, 2025.** Disponível em: <<https://www.ccab-projetos.com.br/a-importancia-da-gestao-financeira-no-agronegocio/>>. Acesso em: 20 abr. 2025.

COELHO, J. dos S.; DOS SANTOS, J. S. C.; GRZEBIELUCKAS, C.; DA SILVA, P. V.; BESSA, G. R.; COELHO, R. de C. S. Controle de custos e receitas: um estudo com os agricultores familiares feirantes de Nova Olímpia – MT. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC, [S. l.], 2017.** Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4347>. Acesso em: 4 jul. 2025.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **Contag lança Anuário Estatístico da Agricultura Familiar 2023.** Agricultura Familiar. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://ww2.contag.org.br/contag-lanca-anuario-estatistico-da-agricultura-familiar-2023-20230725>>. Acesso em: 14 ago. 2024.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. **Relatório de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar.** Brasília, 2021. Disponível em: <https://contag.org.br/relatorios>. Acesso em: 02 out. 2024.

CRUZ, N. B. da. **Impactos do PRONAF sobre a eficiência técnica da agricultura familiar no Brasil.** 2023. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-10042023-153027/>. Acesso em: 05 jun. 2025.

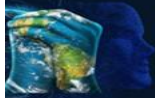
DALBERIO, O.; DALBERIO, M. C. B. **Metodologia Científica: desafios e caminhos.** 1ª Edição. São Paulo: Paulus, 2009.

DANNA, C. L. O teste piloto: uma possibilidade metodológica e dialógica na pesquisa qualitativa em educação. I Colóquio Nacional e VII Encontro do Núcleo de Estudos Linguísticos (NEL), 2012, Blumenau. **Anais eletrônicos.** Blumenau: FURB, 2012. Disponível em: <https://www.tecnoevento.com.br/nel/anais/artigos/art16.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.

DE CARVALHO, D. A. F.; GOMES, J. M. A. Análise das políticas públicas para a agricultura familiar no semiárido nordestino brasileiro. **Revista de Gestão e Secretariado, [S. l.], v. 13, n. 4, p. 2271–2295, 2022.** DOI: 10.7769/gesec.v13i4.1472. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1472>. Acesso em: 14 abr. 2025.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-outras-publicacoes-1/1-agricultura-familiar-brasileira-desafios-e-perspectivas-de-futuro.pdf/view>>. Acesso em: 4 jul. 2025.

EMPAER-MT. Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural. **Relatório de ações de extensão rural 2022.** Disponível em: <https://www.empaer.mt.gov.br/documents/8024815/8854751/RAG-2020>. Acesso em: 20 jul. 2025.



ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. **Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos**. 1. ed. Brasília: ENAP, 2019. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425\\_coletanea\\_pp\\_v1.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf). Acesso em: 16 ago. 2025.

FERREIRA, E. B. Gestão financeira na agricultura familiar: um estudo empírico com pequenos agricultores rurais no município de Araçagi-PB, **UFPB** – João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27854?mode=full>. Acesso em: 4 jul. 2025.

FONTOURA, F. B. B. da; SILVA, L. C. A. da; SILVA, M. da; DEPONTI, C. M. Diversificação da produção rural: em busca de alternativas para a gestão econômica e financeira na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 11, n. 1, p. 128, 2022. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/11017>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FRATARI, F. O. Do campo a feira: a gestão financeira no contexto da agricultura familiar, **Repositório UFU**, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/28422/1/CampoFeiraGest%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2025

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: uma análise das três gerações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 6, p. 1045-1062, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WdsndRqMPtmf/>. Acesso em: 16 ago. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censo\\_agropecuario/2017/default.shtml](https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censo_agropecuario/2017/default.shtml). Acesso em: 2 out. 2024.

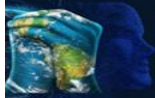
IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: panorama do Censo**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 20 jul. 2025.

LAZZAROTTO, J. J.; FIORAVANÇO, J. C. Reflexões sobre a capacitação gerencial na agricultura familiar brasileira. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 8, n. 14, p. 1–12, 2012. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2590>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Programa Brasil Mais Cooperativo**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-agricultura-lanca-programa-brasil-mais-cooperativo>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MARTINS, A. C.; SOUSA, T. J.; LIMA, E. M. Educação Empreendedora no Campo: contribuições dos cursos do SEBRAE para agricultores familiares. **Revista Extensão Rural**, n. 49, p. 30–48, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/download/14541/9020>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MATOS VASCONCELLOS, I.; JANUARIO, É. de C.; LOPES, V. de J.; GOMES JÚNIOR, N. de M.; RUELLA, P. R. Educação financeira e acesso ao crédito na agricultura familiar: reflexões sobre o PRONAF e as barreiras institucionais. **Retratos de Assentamentos**, v. 27, n. 2, p. 39-60, 2024. Disponível em:



<https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/620>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MENDES, R. B.; DE ASSIS, R. L. Estratégias de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar: estudo de caso em Cocais, no município de Barão dos Cocais – MG. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 13, n. 1, p. 62-82, abr. 2020. ISSN 2675-7710. Disponível em:

<<https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/7353>>. Acesso em: 05 jun. 2025. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/raf.v13i1.7353>.

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Conheça as políticas e programas do MDA**. Portal GOV, Brasília, 2024. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/conheca-as-politicas-e-programas-do-mda>>. Acesso em: 16 out. 2024.

NOGUEIRA, R. F.; SOUZA, V. M. de. **Administração rural: um estudo das ferramentas gerenciais no setor da agricultura familiar da Comunidade Quixaba – Guanambi (BA)**. Saber Aberto, Salvador, 2019. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/items/08dfa1e0-d2b4-4711-a97d-074c9f5184fc>. Acesso em: 02 jun. 2025.

PETROLI, V. Em MT, 23 a cada mil produtores e empresas que cultivam soja estão em recuperação judicial. **Canal Rural**. Disponível em:

<<https://www.canalrural.com.br/agricultura/em-mt-23-a-cada-mil-produtores-e-empresas-que-cultivam-soja-estao-em-recuperacao-judicial/>>. Acesso em: 2 set. 2024

SARAIVA, O. do N.; BORGES, W. L. Agricultura familiar e políticas públicas: estudo de caso na Comunidade Vila Ressaca da Pedreira, Macapá, Amapá, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 16, n. 1, p. 3–15, 2021. Disponível em:

<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1136699>. Acesso em: 5 jun. 2025.

Secretaria de Comunicação Social. O Programa de Aquisição de Alimentos (PPA). **Portal GOV**, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/acao-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 19 abr. 2025.

SENAR. Educação Financeira para o Produtor Rural. **Senar Play**, [S. l.], 2024. Disponível em: <https://ead.senar.org.br/cursos/educacao-financeira-para-o-produtor-rural>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Assistência Técnica e Gerencial – ATeG**. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/ateg>. Acesso em: 02 jun. 2025.

SENAR; BANCO DO BRASIL. Parceria: Circuito de Treinamento Agro — capacitação técnica, gerencial e financeira para produtores rurais. Brasília: **SENAR**, 2022. Disponível em: <https://www.senar-rio.com.br/noticias/senar-e-banco-do-brasil-firmam-parceria-para-capacitar-produtores-em-25-estados/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SENAR. Cursos e programas de capacitação para agricultores familiares. **Senar Play**, 2020. Disponível em: <https://www.senar.org.br/cursos>. Acesso em: 16 ago. 2025.

WOLFARDT, L. E. Estudo sobre as práticas de gestão na agricultura familiar no município de Três Passos. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural) – **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180217>. Acesso em: 02 jun. 2025.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimpr. Florianópolis: UFSC, 2013.